

# Lideranças sociais organizam fórum para combater violência política

Articulação surge após registros de ataques dentro das dependências da Câmara

Da Redação

Movimentos sociais de Campinas oficializaram a criação do Fórum Permanente de Luta contra a Violência Política de Gênero e o Femicídio como uma reação direta à recente escalada de intimidações sofridas pela vereadora Guida Calixto (PT-SP).

A articulação surge após registros de ataques perpetrados dentro das dependências da Câmara Municipal (leia abaixo).

O movimento defende que tais práticas configuram violações à Lei Federal 14.192/2021, que estabelece normas para reprimir a violência política de gênero e assegurar o exercício pleno dos mandatos eletivos por mulheres.

Para as entidades que compõem o novo fórum, as ações contra são reflexos da chamada cultura redpill, caracterizada pela propagação de ódio sistemático e perseguição a mulheres, articulada principalmente em fóruns e redes sociais.

## Entenda o caso

Em 14 de janeiro, Calixto compareceu à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Campinas para formalizar um boletim de ocorrência, alegando episódios de perseguição e violência política. Segundo o relato da parlamentar, os fatos ganharam gravidade quando militantes de extrema-direita invadiram as dependências do gabinete dela,



Guida Calixto (PT-SP) fez B.O. e sustenta ter sofrido episódios de perseguição e violência políticas

na Câmara Municipal, para proferir ofensas e realizar atos de intimidação direta contra ela, quando contra uma das assessoras. Afirma que essa investida física foi precedida por ataques sistemáticos em ambientes digitais e por manifestações agressivas que visam desestabilizar o exercício do mandato democrático.

Sustenta que as agressões são reações contrárias à atuação legislativa em defesa dos direitos das mulheres e ao combate rigoroso ao feminicídio no município.

Ainda de acordo com a vereadora,

os grupos envolvidos nas hostilidades manifestam oposição explícita a medidas de proteção feminina, como a utilização de tornazeleiras eletrônicas para o monitoramento de agressores.

A parlamentar declara que a presença desses indivíduos no espaço institucional da Câmara teve o intuito de cercar a liberdade de expressão e impedir o avanço de pautas progressistas, que confrontam a agenda dos grupos extremistas. Para Calixto, a violência política de gênero é o eixo central desses ataques, que

buscam excluir mulheres negras e representantes de movimentos populares dos espaços de decisão pública. Ressalta que a invasão do gabinete constitui uma quebra de segurança intolerável e uma tentativa de controle moral a conduta parlamentar. Pontua ainda que a identificação dos agressores, por meio de registros de imagem e testemunhos, é fundamental para que o sistema de justiça interrompa o ciclo de impunidade que alimenta o fanatismo político na região de Campinas.

Enfatiza que a formalização

do registro policial busca garantir medidas protetivas que impeçam a aproximação dos agressores ao gabinete e que preservem a integridade física e psicológica, tanto dela como das assessoras.

Eitera que não se deixará intimidar pelas ameaças e que a denúncia serve como um alerta sobre a necessidade de protocolos mais rígidos de segurança no Legislativo municipal.

Para a vereadora, a manutenção da democracia exige que o parlamento seja um local seguro para o debate de ideias e que ataques coordenados contra mandatos legitimamente eleitos sejam tratados com o rigor da lei penal.

## Red Pill

Estrutura-se como uma subcultura digital dedicada à disseminação de retórica misógina e teorias de dominação masculina sob a justificativa de revelar uma suposta manipulação social operada por mulheres. Através de fóruns e redes sociais, promove a ideia de que os homens devem adotar posturas de frieza emocional e controle absoluto para evitar a opressão feminina.

Estudos sobre direitos humanos indicam que essa ideologia influencia o comportamento de jovens ao converter o ressentimento pessoal em uma pauta de exclusão social e que a disseminação desses conteúdos está associada estatisticamente ao crescimento de casos de violência.

# Fiscalização: 4 mil testes de bafômetro

Março fechou com 4.172 testes de bafômetro em Campinas, realizados durante operações integradas entre a Emdec (autoridade responsável pelo trânsito campineiro), a Guarda Municipal e a Polícia Militar. A fiscalização gerou 152 autuações por embriaguez ao volante, sendo 148 por recusa ao exame e quatro por confirmação de consumo de álcool. Um dos condutores foi detido e encaminhado à delegacia após o bafômetro indicar 0,76 miligrama de álcool por litro de ar, o que caracteriza crime de trânsito pela legislação nacional.

Os dados detalham que o volume de recusas ao teste apresentou crescimento de 72% em relação ao mês de fevereiro, quando houve 86 registros dessa natureza. No perfil dos infratores, homens somaram 126 casos enquanto as mulheres totalizaram 22. A maioria das autuações

envolveu veículos com placas de Campinas, mas a operação alcançou condutores de 22 cidades e cinco estados. No total das 21 blitzes feitas, os agentes identificaram 987 condutas de risco e removeram 203 veículos ao Pátio Municipal por irregularidades diversas.

As motocicletas representaram 52,6% das condutas de risco identificadas, com 519 autuações e 131 remoções para o depósito público. Entre as principais infrações, licenciamento irregular, com 136 registros, e o uso de escapamentos sem silenciadores, com 107 casos. A fiscalização também detectou motoristas sem habilitação, veículos com pneus em mau estado e sistemas de iluminação alterados. Em um dos casos, foi apreendida uma moto, que circulava com débitos de R\$ 9,7 mil em multas.

## Bafômetro

A recusa ao teste permanece como a conduta mais frequente nas operações integradas e acarreta multa de R\$ 2.934,70, além da suspensão do direito de dirigir por 12 meses. A medida administrativa de recolhimento da carteira de habilitação ocorre no momento da abordagem.

A intensificação do monitoramento nas vias de Campinas fundamenta-se nos indicadores de fatalidade colhidos em 2025. O levantamento sobre as mortes em vias urbanas demonstrou que o consumo de álcool associado à condução de veículos foi o fator de risco com maior incidência nos óbitos analisados, superando o excesso de velocidade. As operações de bloqueio visam o controle dessas condutas para a redução de colisões e o aumento da segurança para pedestres e motoristas no perímetro municipal.



Das 152 autuações, quatro por direção sob influência de álcool